



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Intervenção do
Secretário Regional da Presidência, Vasco Cordeiro,
na Sessão Evocativa dos 50 anos da Assinatura do Tratado de
Roma

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

“Virá um dia em que todas as nações do Continente, sem perderem a sua qualidade distintiva e a sua gloriosa individualidade, se fundirão estreitamente numa unidade superior e constituirão a fraternidade europeia.

Virá um dia em que não haverá outros campos de batalha para além dos mercados abrindo-se às ideias.

Virá um dia em que as balas e as bombas serão substituídas pelos votos”.

Era assim que, em 1849, Victor Hugo via o futuro do Continente europeu.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Passados mais de 100 anos, a Europa avança cada vez mais na concretização desse sonho, pese embora os numerosos percalços com que se viu confrontada ao longo dos tempos. Aliás, pode mesmo dizer-se que foram exactamente estas dificuldades que geraram uma maior motivação para concretizar um projecto de união política e institucional sem precedentes.

Por duas vezes no século XX a Europa foi palco de Guerras Mundiais que destruíram as estruturas económicas, políticas e sociais da maior parte dos países que nela tomaram parte. Num raciocínio à volta das causas e das condições propícias para o surgimento das guerras na Europa, Jean Monnet, e mais tarde Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, propõem que a França e a República Federal da Alemanha ponham em comum os seus recursos de carvão e de aço, numa organização aberta à participação de outros países da Europa.

Assim, em 1951 surge a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a qual, após cerca de seis anos de funcionamento desembocará no estender da cooperação europeia, não apenas ao carvão e aço, mas a toda a Economia e ao surgimento da Comunidade Económica Europeia, exactamente com a assinatura do Tratado de Roma.

Se é certo que podemos considerar o Tratado de Roma como a génese, o embrião da actual União Europeia, também não podemos esquecer as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

profundas transformações que o próprio projecto europeu experimentou ao longo do tempo.

No entanto, os objectivos iniciais de paz, de liberdade, de democracia e de progresso mantêm-se, hoje, tão actuais que se considera ainda presidirem à própria ideia de União Europeia.

Mas, passados 50 anos, que balanço podemos fazer e, sobretudo, que perspectivas podemos ter em relação ao futuro?

Em primeiro lugar, é inquestionável, parece-nos, que como projecto de união política baseado na vontade democrática de Estados soberanos, a União Europeia fez um percurso a todos os níveis notável. Esta é, seguramente, uma das mais interessantes e ambiciosas construções políticas da Humanidade cujos potencial e resultados ainda não estarão, porventura, totalmente explorados.

Como União Económica e Monetária, talvez a face mais visível e concreta do projecto europeu, a UE constitui também uma história de sucesso, na qual avulta, naturalmente, a Moeda Única.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Constatar o mérito e os sucessos alcançados no passado não significa, não pode significar, alhearmo-nos dos desafios e das dificuldades do presente e do futuro.

Há a percepção generalizada de que a Europa, de que a União Europeia, mais do que numa encruzilhada, encontra-se num impasse, numa névoa de objectivos, numa dormência de acção.

Se é certo que do ponto de vista económico e monetário, a implementação da Moeda Única constitui a face mais visível duma história de sucesso, do ponto de vista da União política, há obstáculos que persistem teimosamente e que devem ser encarados com ambição e determinação.

Identificamos, nesta intervenção, três desafios à União Europeia que, dependendo da forma como forem tratados, influenciarão decisivamente o seu futuro.

Em primeiro lugar, o desafio de democraticidade no seu funcionamento e nas suas decisões.

Tal desafio não se centra tanto na legitimidade democrática dos órgãos e instituições comunitárias, mas mais no sentido de criar condições para uma efectiva identificação dos cidadãos europeus com esta realidade política, com o acompanhamento da sua acção e com a compreensão nítida dos mecanismos de decisão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Esta tarefa, que tem uma das suas vertentes principais na reforma das instituições europeias e do seu modo de funcionamento, assume uma importância fundamental pois a UE só poderá subsistir se for entendida pelos seus cidadãos como um instrumento transparente, útil e eficaz que serve os objectivos de progresso e de bem-estar social.

Seja por uma teimosa persistência de alguns egoísmos nacionais, seja pela complexa e intrincada burocracia europeia, seja, também é importante reconhecê-lo, pelo desinteresse dos próprios cidadãos europeus, o facto é que a percepção que temos da União não é a de algo que nos pertence, em cujas decisões temos uma palavra a dizer, é a de uma entidade política da qual não fazemos parte.

Podemos ter uma Europa dos cidadãos, mas falta-nos ganhar o desafio de termos uma Europa com os cidadãos.

O Tratado que institui uma Constituição para a Europa, bem como todo o processo da sua ratificação, constitui um passo inquestionável na correcção de algumas destas falhas.

A maior clareza no funcionamento da União, a eliminação da dispersão de tratados que a regem actualmente, bem como o reforço dos mecanismos de eficácia e controlo das decisões, são, entre muitos outros, aspectos que saudamos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Mas, o que também interessará, porventura, é chamar a atenção para as circunstâncias exteriores ao instrumento jurídico que enquadra o funcionamento e que condicionam claramente o resultado final a que atrás fizemos referência como sendo desejável de alcançar.

Da parte das instituições comunitárias, afigura-se-nos como imprescindível o reforço da consciência de que não lhes compete regular em tudo, que existem áreas em que, pura e simplesmente, se devem abster de interferir e, sobretudo, que existem para servir os cidadãos da União.

A recentragem da Comissão Barroso em assuntos como a Investigação e as Tecnologias ou as Energias Renováveis, se aliadas ao Emprego e ao crescimento económico, parecem-nos indiciadoras de um percurso feito no bom sentido.

Por outro lado, da parte dos governos nacionais, a Europa não pode servir apenas e tão só como bode expiatório de resultados menos bem conseguidos. A tentação é grande, é certo, de culpar Bruxelas pelo mal e ignorá-la no bom.

Este é um jogo perigoso de mais para ser jogado, como, acreditamos, o comprova a forma como decorreu o debate sobre a ratificação do Tratado Constitucional em países como a França.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Por último, é necessária uma maior consciencialização por parte dos cidadãos europeus quanto ao real valor que a União acarreta para a sua vida quotidiana, no que respeita a interesses como a qualidade de vida e a segurança e não apenas quanto a fundos comunitários.

O segundo desafio de suprema importância prende-se com o papel da Europa no mundo.

Não sendo apenas um projecto de cooperação económica, a União Europeia, quer em relação aos seus vizinhos a sul, quer em relação a outros países mais distantes no Continente asiático ou na América do Sul, tem a responsabilidade e a obrigação de reforçar os meios que lhe permitam falar a uma só voz.

No mundo globalizado em que vivemos, com a emergência de novas potências como a China ou a Índia, e o ressurgimento de outras como a Rússia, a União Europeia tem neste contexto a oportunidade de se afirmar com uma protagonista mundial de primeira grandeza.

O terrorismo internacional, os conflitos regionais e as catástrofes humanitárias impõem, com particular clareza e premência, a necessidade de concertação e de que a Europa se apresente como uma frente coesa e unida em prol dos valores da paz, da liberdade e da democracia. Esta ambição, e no momento não estamos perante nada mais do que uma ambição, necessita de ser agarrada quanto antes sob



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

pena de que o espaço que não for ocupado por nós, será seguramente ocupado por outros que podem não ter esses valores ou que podem já não ter esses valores tão presentes.

Um terceiro desafio, o do alargamento, entronca com a concepção que a Europa tem de si mesma e com o espírito de partilha que quer imprimir aos valores atrás referidos.

Este é um debate em que se confrontam as perspectivas do clube fechado, do casulo e a de parceiro activo e transformador à escala mundial.

Sendo certo que é inquestionável a necessidade de cumprimento, por parte dos países candidatos, de um conjunto de critérios entre os quais avultam, naturalmente, os da democracia e da paz, não consideramos justificável a exclusão de candidatos por motivos de diferenças culturais ou até religiosas. Se este debate assume já grande relevância face à situação de países como a Turquia, no momento em que também já se fala na possibilidade de adesão de outros países que não do Continente europeu, cremos que o assunto ganhará ainda mais importância e significado.

Para todos estes desafios, porém, convém não esquecermos que a solução não passa apenas pela criação de instrumentos jurídicos como é o caso do Tratado Constitucional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Este, por muita importância e significado político que tenha, não passa disso mesmo: um instrumento.

É a prática, é a consciência de uma verdadeira cidadania europeia que fará a diferença entre o sucesso e o fracasso.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

E os Açores?

Que relevância tem para os Açores, e têm os Açores, para a construção da União Europeia?

Que importância uma Região Autónoma, situada no meio do Atlântico, constituída por nove ilhas, qualificada como ultraperiférica, tem para este processo?

Como facilmente se pode deduzir, a resposta já está em parte dada em todas as considerações que atrás tecemos.

Os Açores são, em primeiro lugar, parte integrante, convicta e determinada, na construção da União Europeia. Beneficiamos dos apoios comunitários em numerosas actividades, mas para além desta vertente financeira, temos de nos afirmar sempre como sujeitos activos e não como simples objectos das políticas da União.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Mesmo naquelas áreas que mais directamente nos dizem respeito e influenciam a nossa vivência, não nos podemos limitar, como efectivamente não nos limitamos, apenas a defender aquilo que consideramos que essas políticas devem ser para nós, mas sim, e de igual modo, a participar nos debates sobre qual o sentido, objectivos e medidas que a União deve definir no seu todo.

O caso do Livro Verde sobre a Política Marítima Europeia, no qual nos envolvemos activamente desde a primeira hora, e criamos as condições para uma posição consensual sobre esta matéria, é bem elucidativo deste entendimento.

Defendemos não apenas aquilo que ela deve ser para os Açores, mas aquilo que ela deve ser para a União.

É também tributária desta posição a perspectiva segundo a qual existem áreas em que já cumprimos, e cumprimos melhor, alguns dos objectivos que a União agora assume como seus.

Mas, não só nestas matérias os Açores têm uma palavra a dizer.

Constituindo a fronteira mais ocidental do continente europeu, com um património rico de experiências e de relacionamento com alguns países do Continente americano, em especial os Estados Unidos da América, o Canadá ou o Brasil, e mais recentemente a Argentina e o Uruguai,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

temos também a oportunidade de reforçar a consciência europeia quanto à riqueza e ao potencial que encerra o relacionamento estratégico e cooperante com as sociedades desses países.

Seja a título individual, seja integrada em organizações de cooperação inter-regional, como é o caso do Comité das Regiões, da Assembleia das Regiões da Europa ou da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, a Região Autónoma dos Açores, ao mesmo tempo que reclama atenção para as suas necessidades, contribui activa e positivamente para a influência europeia no Atlântico, e disponibiliza as potencialidades que também tem para uma Europa alargada, nas quais avultam a sua experiência autonómica e a sua posição geo-estratégica.

Estes *fora* em que os Açores estão presentes, não nos fazem esquecer, a comunhão de interesses e a disponibilidade de colaboração na afirmação e na defesa das posições que Portugal proclama no seio da União.

Este é, assim, um processo de múltipla interacção, de parceria de colaboração em que, mesmo no âmbito nacional, a apresentação das posições regionais não invalidam a posição nacional, mas em que, de igual modo, a posição nacional deve ser isso mesmo: a expressão das perspectivas e dos interesses que compõem o país, e nos quais, destacamos o das regiões autónomas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA

Reconhecendo que o interesse nacional não se confunde com o somatório dos interesses regionais, da mesma forma que o interesse regional não se confunde com o somatório dos interesses de ilha ou locais, não podemos esquecer que as regiões, e no caso concreto os Açores, em muito e, em muitas áreas, podem contribuir para o enriquecimento e fortalecimento das posições portuguesas.

É, pois, neste misto de realismo e de ambição, de objectiva consciência das nossas capacidades, mas de ambicioso aproveitamento das nossas potencialidades que temos vindo, e certamente continuaremos, a fazer um caminho sólido e crescente de afirmação Europeia.

Nesta análise e balanço aos 50 anos que passaram e aos desafios que nós, União Europeia, temos no futuro, é com segurança que podemos dizer que o sonho de Victor Hugo, Jean Monnet, Schuman e tantos outros valeu a pena.

É com confiança e de olhos postos no Futuro que podemos dizer que o Sonho vale sempre a pena!

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 8 de Março, 2007

O Secretário Regional da Presidência

Vasco Alves Cordeiro